

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei 14.133/2021)

### 1. OBJETO

O presente estudo tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de serviços comuns de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, destinados à adequação de diversos ambientes do Fórum da Comarca de Sorocaba para adequação dos espaços em virtude da redistribuição dos setores existentes e instalação de 02 (duas) Varas Cíveis, 03 (três) UPJs, Juizado Especial da Fazenda Pública, DARAJ-10, DEECRIM, IMESC, Atendimento Médico e a Escola Paulista da Magistratura (EPM). As intervenções incluem ainda, a substituição das atuais divisórias do Setor Técnico, do tipo naval, por divisórias em gesso acartonado com enchimento em lã mineral, de piso a teto, visando garantir o isolamento acústico necessário aos atendimentos de caráter sigiloso e assegurar a privacidade dos usuários. Para as demais adequações de layout previstas no edifício, será utilizado o sistema de divisórias em drywall comum, exceto nas novas instalações da Escola Paulista da Magistratura (EPM), onde também serão executadas divisórias com isolamento acústico. As intervenções contemplam, ainda, a revisão e adequação das instalações elétricas, o reposicionamento de pontos de iluminação, as adaptações hidráulicas para instalação de lavatórios, a demolição e construção de divisórias, a recomposição de pisos, a pintura geral das áreas afetadas e a execução dos demais. Com exceção da substituição das atuais divisórias do Setor Técnico, os serviços deverão ser executados em conformidade com o layout previamente aprovado conforme Relatório de Informação de Ocupação nº 10-316-01-030-MR-RIO-009-R00, assegurando a correta implantação dos setores, o atendimento às exigências da Resolução nº 652/2025 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) além da preservação do padrão arquitetônico e construtivo do edifício, garantir a privacidade nos atendimentos realizados pelo Setor Técnico, no endereço do Fórum localizado na Rua 28 de Outubro, nº 691, Bairro Alto da Boa Vista, Sorocaba/SP.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da reestruturação administrativa e da necessidade de alocação de novos setores judiciais no edifício do Fórum da Comarca de Sorocaba, conforme detalhado no Relatório Indicativo de Serviços nº 10-316-01-002-CM-RIS-006-R01. As vistorias técnicas realizadas no local constataram que a atual configuração dos espaços é inadequada para acomodar as novas unidades, como o 02 (duas) Varas Cíveis, 03 (três) UPJs, Juizado Especial da Fazenda Pública, DARAJ-10, DEECRIM, IMESC, Atendimento Médico e a Escola Paulista da Magistratura (EPM), em condições de funcionalidade, segurança, privacidade e em cumprimento às diretrizes estabelecidas na Resolução nº 652/2025 do CNJ.

No caso específico do Setor Técnico, já instalado no local, verificou-se que as divisórias existentes, em sua maioria do tipo naval, não garantem o isolamento acústico necessário para atendimentos de caráter sigiloso, comprometendo a confidencialidade das informações e o adequado acolhimento dos jurisdicionados.

Além disso, as instalações elétricas mostram-se insuficientes ou improvisadas em diversos ambientes, gerando riscos à segurança e dificultando a eficiência das atividades do setor. A ausência de infraestrutura compatível com o novo arranjo funcional compromete a prestação jurisdicional, impactando a celeridade processual e as condições de trabalho de magistrados e servidores.

Dessa forma, a intervenção revela-se imprescindível para assegurar que os novos setores sejam instalados em ambientes salubres, seguros e funcionalmente adequados ao exercício de suas atribuições, ao mesmo tempo em que se garante a privacidade dos atendimentos já realizados pelo Setor Técnico, em consonância com os princípios da eficiência administrativa e do interesse público.

Portanto, diante da necessidade de célere e eficiente gestão da coisa pública, observa-se que o mais adequado é a contratação de empresa especializada, e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo imprimir sua força de trabalho no seu mister principal, a prestação jurisdicional.

### **3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A demanda está prevista no Plano de Obras de 2025, aprovado pela Egrégia Presidência e pelo Colendo Órgão Especial, mas está inserida no Plano de Contratação Anual de 2026 mediante código de identificação número 1294.

### **4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O objeto da contratação está alinhado ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça 2021-2026, especificamente quanto ao objetivo nº 9 que tem como meta prover as unidades de infraestrutura física adequada, com espaços de trabalho seguros, ergonômicos, confortáveis e otimizados. Três metas foram traçadas até o final de 2026, relacionadas a acessibilidade, condições de segurança dos prédios e redução de despesas com alguns itens.

O Planejamento Estratégico poderá ser consultado no endereço: [Planejamento Estratégico TJSP 2021-2026](#)

### **5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO**

Não se aplica, pois trata-se de serviços comuns de engenharia, específicos para o objeto do estudo, não sendo possível a padronização por meio de catálogo eletrônico.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para se alcançar os objetivos desta contratação, a empresa entre outras condições, deverá:

- a) Fornecer mão de obra, materiais e equipamentos para a realização dos serviços;
- b) Ter experiência comprovada e profissionais devidamente habilitados;
- c) Deverá atender às normas e regulamentações técnicas relativas a esta execução, além das boas práticas e técnicas recomendadas pelas legislações, inclusive dispor de procedimentos de execução e controle de avanço dos serviços.

Não haverá prejuízo à continuidade da prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos existentes no prédio, uma vez que os serviços deverão ser executados em dias de semana úteis.

Para minimizar os impactos dos serviços na edificação, a CONTRATADA deverá ser capaz de manter, conforme a necessidade, ao longo da execução dos serviços, profissionais habilitados (as) para execução dos mesmos.

O(A) profissional habilitado(a) indicado(a) pela CONTRATADA será o(a) responsável por:

- Fazer a interface com o(a) gestor(a) e fiscal administrativo(a) do CONTRATANTE;
- Acompanhar a execução dos serviços e prover a equipe de execução com suporte necessário referente à execução, planejamento, procedimentos, normas e regulamentações de segurança e de saúde.

Deverá ser observado os recursos materiais e humano necessário à execução do objeto que está sendo contratado:

### **PELA CONTRATADA:**

d) Fornecer a mão de obra, provida dos equipamentos de proteção individual necessários, bem como toda infraestrutura requerida para que os serviços possam ser prestados em conformidade com as normas técnicas vigentes. A gestão da equipe de execução é de responsabilidade da CONTRATADA.

e) Manter, conforme a necessidade, ao longo da execução dos serviços, profissionais habilitados(as) para execução dos mesmos.

### **PELO CONTRATANTE:**

f) Disponibilizar, de acordo com o planejamento, realizado as áreas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos a serem contratados.

g) Fiscalizar os serviços e gerir o contrato.

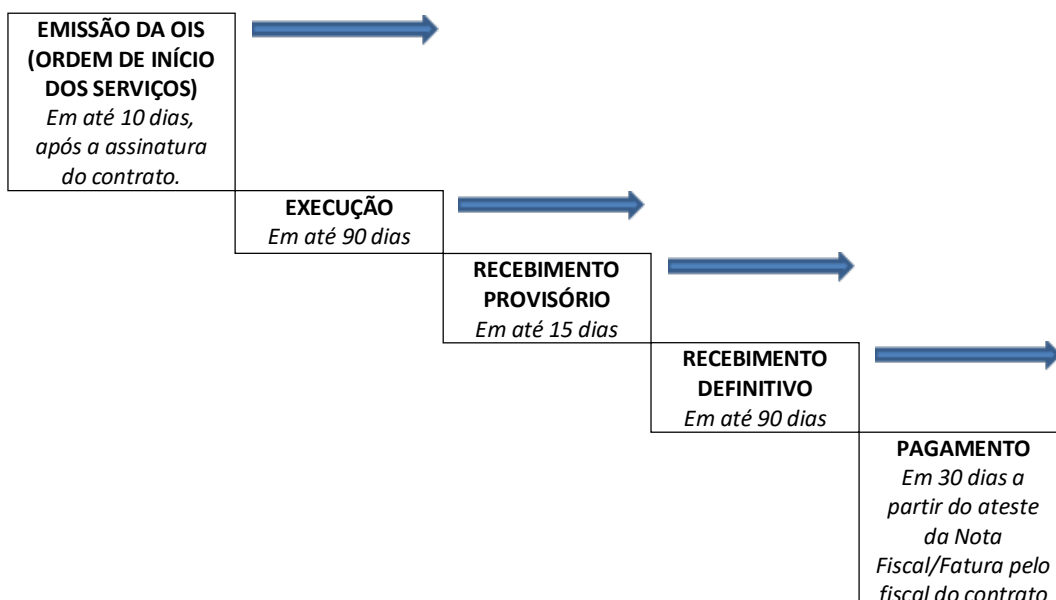
### **Sustentabilidade**

A CONTRATADA deverá:

- Obedecer a Lei 12300 de 16/03/2006 que institui a política estadual de resíduos sólidos e a Resolução CONAMA nº 307 de 05/07/2002 que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil.
- Empregar procedimentos de gestão que possibilitem a minimização da geração dos resíduos, sua reutilização, reciclagem ou, em último caso, disposição em áreas licenciadas para tal finalidade.
- Utilizar produtos e subprodutos de madeira de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou manejo florestal aprovado por Órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, conforme disposto no Decreto nº 49.674 de 06/06/2005. Os produtos e subprodutos citados deverão ser adquiridos de pessoas jurídicas que comercializar, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira, nos termos do Decreto 53.047 de 02/06/2008.
- Abster-se de utilizar, nos termos do parágrafo 3º do artigo 3º da Lei 12.684 de 2007, produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbestos ou outros minerais que, por ventura, o contenham acidentalmente em sua composição, tais como talco, vermiculita, pedra sabão, etc., obrigando-se, ainda, no caso de demolição ou substituição de materiais que contenham amianto em sua composição, a atender as normas técnicas de proteção e preservação da saúde do trabalhador e da comunidade.

## 7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

O encerramento contratual se dá com a finalização dos serviços discriminados no objeto do contrato e a consequente emissão do Termo de Recebimento Definitivo por parte do TJSP, que estará vinculado ao recebimento da documentação especificada em contrato.



No que diz respeito às condições de recebimento, a última medição coincidirá com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, observando-se:

- a) A soma dos valores das faturas emitidas até a última medição não poderá ser superior a 95% (noventa e cinco por cento) do valor global do contrato;
- b) O saldo restante só poderá ser liberado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, não podendo seu valor ser inferior a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A prestação dos serviços se dará no Fórum da Comarca de Sorocaba, situado na Rua Vinte e Oito de Outubro, nº 691, Alto da Boa Vista – Sorocaba/SP.

## **8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO**

O pagamento será realizado em 30 dias a partir do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato, após a execução dos serviços conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência.

## **9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS**

No que diz respeito à garantia, os serviços comuns, deverão contar com garantia contratual de 05 (cinco) anos, a partir da data de recebimento definitivo dos serviços.

Para equipamentos, se necessário, deverá contar com garantia contratual de 01 (um) ano, a partir da data de recebimento definitivo do serviço, sendo que a empresa deverá dispor um canal de atendimento “0800” ou via “WhatsApp” para suporte e acionamento da garantia para reparos em caso de problemas no equipamento adquirido.

## **10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA**

Considerando que o objeto do presente estudo se trata de serviços comuns de engenharia, possui padrões de desempenho, qualidade, e especificações usuais de mercado, a modalidade de licitação será Pregão na forma eletrônica; o critério de julgamento será o de menor preço; e o modo de disputa será o aberto.

## **11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

A estimativa das quantidades previstas para a contratação em tela será consolidada quando da finalização da planilha orçamentária, memória de cálculo e demais documentos que lhes dão suporte, documentos estes que integrarão o Termo de Referência.

## **12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA**

A solução apresentada é a mais indicada, considerando que se tratam de serviços pontuais de melhorias com aproveitamento da estrutura existente na edificação, sem alterações das características construtivas ou acréscimo/decrécimo de áreas construídas da edificação, caracterizando-se como serviços comuns de engenharia que possuem padrões de desempenho, qualidade e especificações usuais de mercado. Outrossim, além de garantir uma edificação em perfeito funcionamento, a presente contratação tem o objetivo de garantir maior segurança aos usuários(as), maior durabilidade e menor custo de manutenção.

A justificativa técnica está baseada no relatório ou parecer técnico de engenharia .

## **13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado para realização dos serviços é de R\$ 191.690,21 (cento e noventa e um mil, seiscentos e noventa reais e vinte e um centavos).

A planilha de preços unitários referenciais e demais documentos constarão no Termo de Referência, apêndice deste estudo técnico.

## **14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução proposta consiste na readequação e otimização dos espaços internos do Fórum da Comarca de Sorocaba, em conformidade com o Relatório de Informação de Ocupação nº 10-316-01-030-MR-RIO-009-R00 e o Relatório Indicativo de Serviços 10-316-01-002-CM-RIS-006-R01 com as constatações das vistorias técnicas realizadas . O objetivo é viabilizar a instalação de novos setores administrativos e judiciais, bem como a adequação do Setor Técnico já existente, assegurando funcionalidade, segurança e privacidade em atendimento às diretrizes da Resolução nº 652/2025 do CNJ.

No pavimento inferior do Bloco B, as salas destinadas ao Setor Técnico (38/40, 39/41, 42/44, 43/45, 46/48 e 47/49) terão as atuais divisórias do tipo naval substituídas por divisórias de gesso acartonado com enchimento em lã mineral, de piso a teto, com rodapés em madeira, garantindo o isolamento acústico adequado aos atendimentos sigilosos. Ainda nesse pavimento, as salas 35 e 37 serão adaptadas para instalação do atendimento médico, enfermaria e recepção do ambulatório de funcionários, com a remoção das divisórias navais, implantação de novas divisórias em drywall, portas, lavatórios e revestimento cerâmico, além da revisão elétrica e de iluminação. Na sala 36, destinada ao IMESC, serão instaladas divisórias em drywall com rodapés em madeira, portas, lavatórios e revestimento cerâmico em paredes, com fechamento de vãos, a abertura de vão de porta para interligação com a sala 38, revisão de rede elétrica, iluminação e pintura geral. A sala 34 (copa do Setor Técnico) terá suas instalações elétricas readequadas com substituição das improvisações, prevendo pontos adequados para micro-ondas, cafeteira, bebedouro e fogão. As salas 15 e 17 terão suas divisórias removidas e reposicionadas, com revisão das instalações de elétrica, reposicionamento de luminárias e pintura. No mesmo pavimento, será implantada divisória com porta dupla no corredor principal, para isolamento da

área do Setor Psicossocial.

No pavimento térreo, ainda do Bloco B, a sala 24 será adaptada para a instalação da Biometria da Vara das Garantias, mediante a remoção de divisórias do tipo naval e de lavatório, revisão das instalações elétricas e pintura geral.

Já no Bloco A no primeiro pavimento, nas salas 104 e 105 contarão de adequação no balcão de atendimento para atendimento aos requisitos de acessibilidade. No segundo pavimento, a sala 201 será destinada à Escola Paulista da Magistratura (EPM), com a demolição do balcão de atendimento, recomposição do piso em granilite e instalação de divisórias em drywall com isolamento acústico, quatro portas e pequeno trecho em divisória naval, além da revisão da iluminação, elétrica e pintura geral. Na sala 203, prevista para instalação do auditório da EPM, será realizada a demolição do balcão existente com recomposição do piso em granilite.

Adicionalmente, serão fechados com gesso acartonado os vãos de portas indicados no layout como “manter fechada”, entre as salas 14/18, 18/20, 38/42, 116/120, 123/127, 129/133, 122/126, 128/132, 200/204, 212/214, 223/227, 229/231, 228/232 e 209/207, sendo também padronizados os rodapés de acordo com o acabamento de cada ambiente.

Em todas as áreas afetadas pelas demolições, notadamente onde houver piso em granilite, será realizada a recomposição conforme o padrão existente. A execução incluirá ainda a aplicação de revestimentos cerâmicos onde previsto, instalação de portas e esquadrias, pintura geral das áreas atingidas, revisão das redes elétrica com utilização de eletrodutos galvanizados aparentes de 3/4”, e individualização de interruptores de iluminação por ambiente. A obra será concluída com a remoção de entulho em caçambas metálicas, proteção de superfícies durante a execução e limpeza final dos ambientes.

Todas as etapas deverão ser executadas em conformidade com as normas da ABNT e as boas práticas de engenharia, assegurando a durabilidade das soluções, a segurança dos usuários e a integridade da edificação.

Visando ao atendimento do objeto, serão necessários os seguintes serviços:

- a) Locação de container;
- b) Retirada de folha de esquadria em madeira, guarnição em madeira;
- c) Demolição manual de painéis divisórias, inclusive montantes metálicos;
- d) Demolição manual de alvenaria de elevação, incluindo revestimento;
- e) Demolição manual de concreto simples;
- f) Retirada de bancada;
- g) Regularização de piso com argamassa de cimento e areia traço 1:3, com adesivo acrílico;
- h) Recomposição de piso em granilite moldado no local;
- i) Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios;

- j) Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base;
- k) Apicoamento manual de parede;
- l) Execução de chapisco e emboço comum nas paredes;
- m) Execução de contravergas;
- n) Instalação de divisória em placas de gesso acartonado, espessura 120/90mm – com enchimento de lã mineral;
- o) Instalação de divisória em placas de gesso acartonado, espessura 100/70mm;
- p) Colocação de rodapé de madeira;
- q) Execução de rodapé de granilite moldado no local;
- r) Instalação de revestimento em placa cerâmica esmaltada, assentada e rejuntado com argamassa industrializada;
- s) Instalação de porta lisa com batente madeira - 80 x 210 cm;
- t) Instalação de porta lisa com batente madeira, 2 folhas - 140 x 210 cm;
- u) Pintura em esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo;
- v) Aplicação de junta de dilatação elástica a base de poliuretano;
- w) Instalação de mangueira plástica como limitador;
- x) Instalação de chapa de aço em bitolas medias;
- y) Pintura em esmalte à base de água em superfície metálica, inclusive preparo;
- z) Aplicação de massa corrida a base de PVA;
- aa) Plintura em tinta látex em massa, inclusive preparo;
- bb) Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede;
- cc) Reinstalação (Recolocação) de aparelhos de iluminação ou projetores fixos em teto, piso ou parede;
- dd) Instalação de eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4" com acessórios;
- ee) Instalação de tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa;
- ff) Instalação de tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa;



- gg) Instalação de interruptor com 1 tecla completo;
- hh) Instalação de cabo de cobre de 1,5 mm<sup>2</sup>;
- ii) Instalação de cabo de cobre de 2,5 mm<sup>2</sup>;
- jj) Instalação hidráulica com tubo de PVC rígido branco, inclusive conexões;
- kk) Instalação hidráulica com tubo de PVC rígido soldável marrom, inclusive conexões;
- ll) Instalação de Lavatório de louça sem coluna;
- mm) Instalação de Torneira de mesa com bica móvel e alavanca;
- nn) Recolocação de aparelhos sanitários, incluindo acessórios;
- oo) Instalação de registro de gaveta;
- pp) Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica;
- qq) Proteção de superfícies com lona plástica preta - uso geral; e
- rr) Limpeza final da obra.

## **15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Considerando-se a natureza do objeto, não é possível o seu parcelamento, uma vez que as atividades referentes à execução dos serviços a serem contratados são interdependentes e devem ser executados por uma única empresa, com celeridade.

## **16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Preservar o bem público e otimizar a utilização dos recursos financeiros do erário, mantendo padrão de qualidade, ou superior, já empregado na atual edificação, em condições adequadas para atividade laboral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com a execução dos serviços, pretende-se adequar a infraestrutura do Fórum da Comarca de Sorocaba, disponibilizando ambientes compatíveis com as necessidades funcionais das novas unidades administrativas e judiciais, assegurando condições adequadas de trabalho e atendimento, em conformidade com as normas técnicas e as diretrizes da Resolução nº 652/2025 do Conselho Nacional de Justiça. Busca-se garantir ambientes salubres, seguros e confortáveis, com ênfase na privacidade e na confidencialidade dos atendimentos realizados, especialmente no Setor Técnico, além de otimizar o fluxo de trabalho das unidades, contribuindo para maior eficiência administrativa e celeridade na prestação jurisdicional.

## 17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO

O modelo de contratação já vem sendo utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A premissa necessária para contratação é a elaboração prévia de relatório técnico de vistoria, efetuada por equipe técnica de apoio à engenharia.

## 18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para o objeto da contratação em tela não há serviços correlatos e/ou interdependentes.

## 19. IMPACTOS AMBIENTAIS

É previsto que a Contratada atenda à Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal pertinentes à execução dos serviços ora contratados. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Entre elas a Lei 12300 de 16/03/2006 que institui a política estadual de resíduos sólidos e a Resolução [CONAMA nº 307 de 05/07/2002](#) (Acesso aos 19/out.2023) que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil e o previsto nos critérios ambientais estabelecidos em normas, no guia nacional de licitações sustentáveis disponibilizado pela [CGU/AGU](#) (Acesso aos 19/Out.2023).

## 20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS

Não aplicável.

## 21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

No presente caso, se indica não permitir a participação de consórcio pelos motivos a seguir expostos:

1. ° não ocorrerá prejuízo a competitividade, pelo contrário, é entendimento de que a proibição trará maior gama de interessados.
2. ° Segundo tese do Professor MARÇAL JUSTEM FILHO, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13 ed. 2009, pág. 47 a 477 leciona que:

*"Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia*

reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição.

Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuserem de condições para participar de licitações. Nesse caso, a instituição do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de participantes. É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação."

3.º Consoante ensinamentos acima, a contratação em tela não apresenta dimensões, complexidade ou circunstâncias particulares e/ou concretas, assim como situação problemática à competição, que indiquem a permissão de participação de consórcio, situação que não configura restrição à competitividade, moralidade e economicidade.

## 22. VISTORIA/VISITA TÉCNICA

A vistoria ou visita técnica é facultada aos interessados, mediante prévio agendamento no local.

## 23. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Identificação dos servidores responsáveis pela execução do planejamento da contratação.

<b>Unidade solicitante</b>	Serviço de Administração do Prédio do Fórum de Sorocaba.
<b>Diretoria Responsável/Secretaria</b>	SAAB
<b>Gestor(a) de Planejamento</b>	José Ricardo Martins – Coordenador – DARAJ 10.
<b>Equipe de Planejamento da contratação</b>	Simone Cristina Quaresma – Substituta do Coordenador do DARAJ. Soráia Silveira Bittar – Administradora da Comarca. Fábio Martins Lucas - Engenheiro de Apoio Regional DARAJ 10 - CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.

## 24. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA

A necessidade da presente licitação encontra amparo no Relatório Indicativo de Serviços nº 10-316-01-002-CM-RIS-006-R01. O formato é o mais adequado para buscar economia e celeridade para solução da demanda e busca adequar a edificação do Fórum da Comarca de Sorocaba às suas novas necessidades e às atividades laborais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Sorocaba, data registrada no sistema.

(Assinado digitalmente)

**José Ricardo Martins**

**Coordenador – DARAJ 10**

(Fábio Martins Lucas)

**Apoio Técnico Regional – DARAJ 10**

**CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A**